



## A ORDEM DO DISCURSO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CIBERESPAÇO E EM TEMPOS DE *FAKE NEWS*

Davi Gandolphi<sup>1</sup>  
Antonio Carlos Castrogiovanni<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo trata do Ensino de Geografia e sua relação com o ciberespaço, pensado enquanto um território (que está sendo) usado para reproduzir uma ordem de poder dominante, atualmente, no Brasil, constituída pelo discurso das *fake news*. Esse discurso, atrelado à microfísica do poder, mas que em seu estado terminal atende a dominações e apropriações em um nível macro, coloca o professor na figura de um sujeito de perseverança epistemológica, isto porque, a partir de uma análise foucaultiana, no espaço-tempo em que há poder, também há resistência. Destarte, o trabalho é fruto da relação entre uma prática pedagógica, realizada de maneira remota devido ao contexto da pandemia de Covid-19, e a pesquisa de mestrado, cujo Norte está apontado para a seguinte questão desequilibrante: o ciberespaço pode ser concebido como um território usado ou não? Como se consolida o uso deste possível (sub)espaço geográfico pelos sujeitos alunos de Geografia em uma realidade de compressão espaço-tempo? Para encontrar caminhos que nos auxiliem a compreender tal problema, a abordagem metodológica está fundamentada pelo Paradigma da Complexidade, por meio de fundamentos os quais envolvem a pesquisa-ação e um caráter qualitativo. Desse modo, nosso propósito central é decifrar as representações ciberespaciais a partir de um pensamento complexo que conceba o ciberespaço enquanto um território cujo uso ainda não foi verdadeiramente diagnosticado pelos sujeitos que pesquisam e ensinam a Geografia, afinal, os conceitos explicativos do mundo vão se transformando, amadurecendo e adquirindo outros significados à medida que o mundo também se transforma.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia, Ciberespaço, Ordem do Discurso, *Fake News*, Paradigma da Complexidade.

### ABSTRACT

L'article traite de l'Enseignement de la géographie et de sa relation avec le cyberspace, pensé comme un territoire (qui est) utilisé pour reproduire un ordre de pouvoir dominant, actuellement au Brésil, constitué par le discours des *fake news*. Ce discours, lié à la microphysique du pouvoir, mais qui dans son état terminal s'occupe des dominations et des appropriations à un niveau macro, met le professeur dans la figure d'un sujet de persévérance épistémologique, parce que, d'une analyse foucauldienne, dans l'espace-temps où il y a du pouvoir, il y a aussi de la résistance. Ainsi, le travail est le résultat de la relation entre une pratique pédagogique, réalisée à distance en raison du contexte de la pandémie de Covid-19, et la recherche du master, dont le Nord est pointé sur la

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – POSGEA/UFRGS, bolsista financiado pela CAPES. E-mail de contato: [davi.gandolphi@ufrgs.br](mailto:davi.gandolphi@ufrgs.br).

<sup>2</sup> Professor Associado da Faculdade de Educação (UFRGS), do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRGS) e Professor Adjunto da Escola de Humanidades da PUCRS. Doutor em Comunicação Social. Mestre em Educação. Licenciado e bacharel em Geografia. E-mail de contato: [castroge@ig.com.br](mailto:castroge@ig.com.br).



problématique déséquilibrée suivante: le cyberspace peut être conçu comme un territoire utilisé ou non? Comment l'utilisation de ce (sous)espace géographique possible est-elle consolidée par les matières étudiantes en géographie dans une réalité de compression spatio-temporelle? Pour trouver des pistes pour nous aider à comprendre cette problématique, l'approche méthodologique s'appuie sur la méthode Complexity Paradigm, à travers des fondamentaux qui impliquent une recherche-action et un caractère qualitatif. Ainsi, notre objectif principal est de décrypter les représentations cyberspatiales à partir d'une pensée complexe qui conçoit le cyberspace comme un territoire dont l'usage n'a pas encore été véritablement diagnostiqué par ceux qui recherchent et enseignent la géographie, après tout, les concepts explicatifs du monde changent, mûrissent et acquièrent d'autres significations à mesure que le monde change également.

**Mots-clés:** L'enseignement de la géographie, Cyberspace, Ordre de discours, Fake News, Le paradigme de la complexité.

## **CIBERESPAÇO VERSUS ESPAÇO DA SALA DE AULA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Para começo de conversa, o presente trabalho analisa as *fake news* na condição de enunciados discursivos e investiga suas implicações para o ensino de Geografia na educação básica, procura refletir sobre a relação entre o ensino e a construção de representações sociais atribuídas ao ciberespaço na sala de aula contemporânea, bem como investiga se o ciberespaço pode ou não ser concebido como um território usado. A pesquisa parte do entendimento de que o discurso potencializado pelas *fake news* corresponde a um projeto ideológico ligado ao poder simbólico de dominação e apropriação, com a finalidade de ressignificar o conhecimento ao qual epistemologicamente julgamos verdadeiro.

A partir da perspectiva foucaultiana do discurso, será apresentada uma iniciativa de intervenção pedagógica, realizada de forma remota no contexto da pandemia de Covid-19, pelo professor com os estudantes de uma escola da rede estadual em Porto Alegre (RS). Para isso, a abordagem teórico-metodológica está fundamentada pelo Paradigma da Complexidade, por meio de fundamentos da pesquisa qualitativa, em uma aproximação com a pesquisa-ação.

Enquanto ensinantes e aprendentes de Geografia, identificamos a importância de compreendermos o discurso de *fake news* como parte de um todo que leva à desestabilização do conhecimento construído em sala de aula e à precarização da figura do professor na sociedade. O surgimento das pós-modernas Tecnologias Digitais da



Informação e Comunicação (TDIC's) possibilitou a formação de um novo espaço de trocas e representações sociais no período técnico-científico-informacional: o ciberespaço, reconhecendo-o “[...] como um processo mútuo de produção entre espaço físico e espaço abstrato ou virtual, como uma série de relações, e como um processo de transformação” (CRAMPTON, 2003, p. 12). Sobretudo neste contexto de pandemia no qual as aulas são ministradas por meio de plataformas digitais, diversas dúvidas são notórias em relação às possibilidades de a cibercultura afetar ou não a relação ensino-aprendizagem no (sub)espaço geográfico que é a escola.

De que modo as representações sociais, que são construídas pelos sujeitos discentes de Geografia, podem ser atribuídas ao ciberespaço? As suposições empíricas nos encaminham a perceber as representações sociais como uma forma que os sujeitos<sup>3</sup> possuem de traduzir a realidade, em função de signos, significados e significantes que produzem verdades cada vez mais provisórias, ou seja, são paradigmas. A consolidação do ciberespaço intensificou essas transformações, tornando a cibercultura um agente protagonista na definição do papel dos sujeitos no mundo. Afinal, o ciberespaço pode ser concebido como um território usado ou não? Como se consolida o uso deste possível (sub)espaço geográfico pelos sujeitos alunos de Geografia em uma realidade de compressão espaço-tempo? A pesquisa se vale destes desequilíbrios para compreender o modo como o ciberespaço possibilita ou não um novo arranjo na relação entre os sujeitos que nele interagem, sonham, lutam, desejam, vivem e (re)constroem o espaço geográfico.

Portanto, é importante compreender as representações sociais construídas pelos alunos de Geografia no ciberespaço, o modo como este sistema de ações pode orientar os sujeitos em suas socializações e, muitas vezes, levá-los à suspeição do conhecimento escolar em função do que lhes dizem *influencers* e páginas que aparecem nas bolhas digitais – os algoritmos cibernéticos. Atrelado a isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>4</sup> estabelece, como atributo da Geografia escolar, “[...] desenvolver o pensamento

---

<sup>3</sup> A noção de sujeito pela qual estamos nos baseando é a de Morin (2003), para o qual a identidade do sujeito envolve uma organização biológica e uma dimensão cognitiva, também chamada por ele de computacional. Essa computação do ser individual é a computação que cada um faz de si mesmo, por si mesmo e para si mesmo e que foge dos mecanismos artificiais, é por esse ato (do cômputo) que o sujeito se constitui e produz sua identidade, trata-se, portanto, de uma concepção complexa do sujeito.

<sup>4</sup> A Base Nacional Comum Curricular (2018), cuja sigla é a BNCC, é um documento normativo, em vigor no Brasil, que define o conjunto de aprendizagens essenciais pelas quais todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base é a referência para os currículos dos sistemas de ensino brasileiros, bem como para as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas, estabelecendo conteúdos, competências e habilidades que se esperam que todos os estudantes consigam desenvolver.



espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza” (BRASIL, 2018, p.360). Entender como esse conceito geográfico interfere na vida dos sujeitos é um desafio para o ensino de Geografia, alicerçado no propósito de instrumentalizar os discentes a operar no espaço, afinal, o ciberespaço

[...] continuará a moldar o espaço no qual os assuntos globais se desenrolam. Isso exige o rastreamento de futuros encontros entre o ciberespaço e a geografia internacional para construir uma compreensão adequada de como a geografia está sendo reprogramada. (BLOUNT, 2016, p. 280)

A estabilização da cultura de massa possibilitou, segundo Harvey (1992), uma compressão do espaço e do tempo pela pós-modernidade, na qual as redes telemáticas e o tempo imediato desespacializam a cultura e impactam estruturalmente os sistemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Neste sentido, Lemos (2010, p. 67) defende que “a pós-modernidade é o terreno de desenvolvimento da cibercultura”, ocorrendo a reconfiguração do modo de ser e estar no mundo, em função do ciberespaço. Hall (2014), ao distinguir três concepções identitárias na história, analisa que o sujeito pós-moderno se diferencia por não possuir uma identidade fixa, ao contrário do sujeito iluminista, que era um indivíduo centrado e extasiado pela razão, e o sujeito sociológico do mundo moderno.

A cibercultura, cultura originária do "espaço de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores" (LÉVY, 1999, p. 17), possibilita o surgimento de novas geograficidades da sociedade em rede, onde os fluxos definem novas formas de relações sociais, pois “as relações sociais no ciberespaço, apesar de virtuais, tendem a se concretizar no mundo real” (Bergmann, 2006, p. 23-24). Dialogando com a autora, a organização social do espaço simboliza, para Roteinstreich (1985, p. 63 apud SANTOS, 2009, p. 299), que “[...] a tecnologia constitui não apenas uma esfera da realidade, mas uma ordem da realidade, possuidora de sua própria racionalidade”. Haesbaert (2006, p. 280) lembra que “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento”. O ciberespaço se refere não apenas à infraestrutura material da comunicação digital, mas também ao universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Já presente na vida de bilhões de pessoas, tornou-se essencial em tempos pandêmicos.



## UM TERRITÓRIO QUE SE APRESENTA (CADA VEZ MAIS) COMPLEXO: O USO DO CIBERESPAÇO NA GLOBALIZAÇÃO

Os conceitos explicativos do mundo vão se transformando, amadurecendo e adquirindo outros significados à medida que o mundo também se transforma. Nesse sentido, vale ressaltar que o território por muito tempo foi diretamente vinculado à manifestação espacial do poder e dominação do estado nacional e hoje, por diversos caminhos vai adquirindo outros significados e leituras ainda dentro de um entendimento mais amplo da totalidade do espaço geográfico enquanto objeto de estudo da ciência geográfica. Não cabe a nós recriar quaisquer desses conceitos, mas sim, refletir sobre a viabilidade da utilização de cada um deles enquanto método de explicação do mundo que vivemos. Nesta seção, iremos focar no conceito de território usado e território.

Marcelo Lopes de Souza (2000) entende o território como o espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, e para entender isso temos que em última instância refletirmos e entendermos “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?”. Ou seja, para além da simples compreensão do território como espaço definido por um estado nacional, vai para a origem destas definições, pois, as fronteiras nem sempre foram como são atualmente e podem mudar assim como mudam essas relações de poder espacializadas. Hannah Arendt (2000) ressalta que o poder e a violência são opostos no sentido de que quando o poder está plenamente estabelecido, não temos violência e muitas vezes essa violência surge quando temos uma perda ou disputa de poder, que normalmente está associado ao território, poderíamos pensar em inúmeros exemplos de guerras por motivações territoriais na história do mundo que conformaram modificações em fronteiras entre países.

Ainda sobre o território, Haesbaert e Limonad (2007) fazem uma sistematização das dimensões do território e relacionam esse conceito com o fenômeno da Globalização. O território é considerado então é “[...] sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado” (HAESBAERT E LIMONAD, 2007, P.42), ou seja, assim como para Marcelo Lopes de Souza, a essência do conceito de território está na relação (desigual) de poder. Nessa sistematização, que Haesbaert e Limonad elaboraram para facilitar o entendimento, as três dimensões do território - que possuem concepções,



atores e perspectivas metodológicas diferentes - estão entrelaçadas, sobrepostas e conectadas numa ideia de multiterritorialidade.

Essas territorializações que constituem o espaço são produzidas pelos grupos sociais e ao mesmo tempo influenciam esses grupos sociais que estão ligados a esses territórios, numa complexa relação recursiva - citando Morin (2000) - onde os sujeitos ao mesmo tempo que produzem o território, são produzidos por ele. O território usado, então, é essa multiterritorialidade numa dialética relação de poder entre atores locais e globais, e é por isso que o espaço banal, para Santos (2006), se constitui como o lugar de resistência à globalização homogeneizadora, que não é possível na visão do autor - Haesbaert e Limonad (2007) concordam - justamente pela territorialidade dos atores locais.

Em Milton Santos (1998), temos que o território usado representa a totalidade da formação socioespacial, sendo composto pela configuração territorial e pela dinâmica territorial, isto é, o uso do território pelos agentes (firmas, instituições e pessoas). Portanto, no uso do território podemos diagnosticar a dialética entre o Estado e o mercado, o local e o global, o “velho” e o “novo”. A perspectiva engendrada por Santos, apresentada por este trabalho, inspira-se na tradição marxista da França, que tinha o objetivo de acrescentar, ao marxismo, os conceitos e categorias da Geografia, seguindo o materialismo histórico, com influências do existencialismo de Sartre. Essa conjuntura fez com que Santos relacionasse a natureza do espaço geográfico no hodierno período técnico-científico-informacional, assim como o uso do território no Brasil e a força do lugar para possibilitar uma outra globalização, pensado esta não apenas como perversidade e fábula, mas também uma possibilidade.

Não há formação social que não seja, também, uma formação espacial, daí vem o conceito de formação socioespacial (FSE), por isso o território, para Milton Santos, não é organizado somente pelo Estado e tampouco se restringe a uma dimensão política sobre o espaço, pois o uso do território abarca, além das relações de poder, as relações simbólicas e econômicas. Nesta relação entre o território e as redes, Milton Santos ressalta que a categoria de análise social não seria o território em si mesmo, mas sim o seu uso, colocando-se como sinônimo de espaço geográfico, sendo, assim, composto por uma dialética de agentes externos e internos que produzem as rugosidades do território, em função da relação de cooperação e conflito entre o livre mercado capitalista e o Estado. O território usado, assim, trata-se



de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 1998, p. 15)

Lembramos que o todo é inseparável das partes que o compõem, a exemplo do que Morin (2008) defendeu ao propor o seu princípio hologramático dentro da complexidade. É no lugar, portanto na parte, onde ocorre a dialética do território entre as redes e os espaços contíguos, as verticalidades e as horizontalidades referidas por Santos. Podemos pensar, também, na relação entre as racionalidades e as contra racionalidades, ou circuitos superior e inferior que se diferem de acordo com o grau de tecnologia, capital e organização.

Quando pensamos que a Geografia é uma ciência do presente, mas ancorada no futuro, o território usado se constitui em uma categoria essencial. Isso é fundamental porque o uso do território se dá pela dinâmica do espaço vivido, ou seja, os lugares, entendidos como os espaços do acontecer solidário que propiciam diversas coexistências. É no lugar em que se encontra, então, a possibilidade de resistência aos movimentos globais, sendo locus da construção política, uma vez que "o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede, os quais respondem a lógicas e a funções distintas que fundamentam as oposições entre as redes e os espaços banais" (SANTOS, 1998, p. 16). Esse espaço banal, que é o território abrigo de todos, contrasta duas concepções sobre o uso do território: o território como abrigo de todos, que seria o da nação, e o território como recurso, ou seja, o território o qual representa os interesses das empresas e do capital.

A globalização que caracteriza nossa era pode ser percebida a partir de diversos objetos técnicos do nosso cotidiano. O pão com o trigo produzido na Argentina, a faca forjada a partir do aço na Austrália, o tênis produzido na China, a camiseta fabricada no Vietnã com o algodão indiano, todos comprados no Brasil em um mercado pertencente a uma multinacional francesa. Todos estes objetos demonstram uma interrelação desigual entre os lugares deste mundo. Entretanto, talvez o que permita mais facilmente a percepção da globalização que se alastra por quase todos os cantos seja o ciberespaço.

## **O PENSAMENTO COMPLEXO E A ANÁLISE DO DISCURSO PARA DECIFRAR AS REPRESENTAÇÕES CIBERESPACIAIS**



O método do pensamento complexo, de Morin, simboliza o que é tecido junto, de modo interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto que se deseja analisar e o contexto que apresenta - as partes e o todo. Neste sentido, as competências curriculares podem auxiliar os docentes de Geografia a construir caminhos que possibilitem utilizar o próprio objeto de estudo (neste caso, a correlação entre as representações sociais e as redes do ciberespaço na globalização) como caminho para contextualizá-lo nas realidades local, nacional e global dos educandos, pois o ciberespaço, segundo Adams (2009, p. 111, tradução livre),

[...] cria uma ligação metafórica entre tecnologia e espaço [...], mas as interações entre os símbolos devem ser entendidas como emocional e cognitivamente reais, apesar de serem mediadas por computadores e traduzidas a partir de um espaço topológico social para um espaço euclidiano visual. As pessoas têm tradicionalmente habitado muitos espaços, e nem todos eles são físicos; lugares e espaços “virtuais” (simbólicos ou conceituais) têm sido parte do que significa ser um humano.

As complexas redes que fazem parte da totalidade ciberespacial podem ou não impactar profundamente a relação ensino-aprendizagem? Edgar Morin, ao refletir sobre o princípio hologramático e os saberes necessários à educação do futuro, problematiza que, com o processo de globalização promovido pela pós-modernidade,

O mundo se torna, cada vez mais, um todo. Cada parte do mundo faz, mais e mais, parte do mundo, e o mundo, como um todo, está, cada vez mais, presente em cada uma de suas partes. Isto se verifica não apenas para as nações e os povos, mas para os indivíduos. Assim, como cada ponto de um holograma contém a informação do todo do qual faz parte, também, doravante, cada indivíduo recebe ou consome informações e substâncias oriundas de todo o universo. (MORIN, 2011, p. 58).

Percebemos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) oferece possibilidades para esta pesquisa-ação, o que contribui para a produção do pensamento espacial por meio da assimilação do ciberespaço enquanto categoria geográfica, proporcionando o desenvolvimento da cidadania. Concebendo as *fake news* como enunciados discursivos as quais se constituem no ciberespaço, pensamos que, em uma concepção foucaultiana, a formação discursiva corresponde a um projeto ligado ao poder simbólico de dominação e apropriação. Por essa razão, Foucault formulou a hipótese de que, em toda sociedade,

[..] a produção de discursos é a um tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por determinados procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar a aleatoriedade de seu acontecimento e evitar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 10-11).



Desse modo, as *fake news* são enunciados que nos remetem a um discurso, incentivando-nos a analisarmos o poder a partir das relações locais de força, em um nível micro, fomentando, finalmente, as relações de poder exercidas por hegemonias em um nível macro e tornando essas últimas as “formas terminais” do poder, afinal, “é nesta [micro]esfera de relações de força que devemos tentar analisar os mecanismos de poder” (FOUCAULT, 1990, p. 97). Isso significa que as interações sociais, pelas quais as *fake news* são compartilhadas e potencializadas, integram a microfísica do poder,

[...] entendido em primeiro lugar como a multiplicidade de relações de força imanente à esfera na qual operam e que constitui a sua própria organização; como o processo que, através de lutas e confrontos incessantes, as transforma, fortalece ou reverte; como o apoio que essas relações de força encontram umas nas outras, formando assim uma cadeia ou um sistema ou, pelo contrário, as disjunções e contradições que as isolam umas das outras; e, por último, como as estratégias nas quais surtem efeito, cuja concepção geral ou cristalização institucional está incorporada nas várias hegemonias sociais (FOUCAULT, 1990, p. 92-93).

Foucault situa os procedimentos de controle e produção de discursos cujo propósito é estabelecer o modo no qual os discursos podem circular ou como é possível se apropriar deles, como os sistemas pedagógicos e as religiões. A ordem discursiva é, portanto, historicamente cambiante, o que Foucault chamou de princípio de descontinuidade, como no caso da antítese entre o que é considerado verdadeiro e o que é considerado falso e a oposição entre razão e loucura. Essa diferenciação estabelece um sistema histórico, modificável e coercitivo (FOUCAULT, 1996, p. 16), assim, defrontamo-nos com diferentes distribuições discursivas entre o verdadeiro e o falso, isso é, com diversificadas morfologias da vontade de verdade. Os enunciados de *fake news* não aparecem por acaso, mas integram um projeto de poder de contraordem ao conhecimento epistemológico.

## **INDENTIFICANDO AS *FAKE NEWS* E ESTUDANDO O USO DO TERRITÓRIO CIBERESPACIAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA**

A abordagem teórica desenvolvida até aqui pela pesquisa nos oferece uma perspectiva de que o ensino de Geografia na educação básica pode cumprir um papel crucial para auxiliar o professor e os estudantes a compreenderem o discurso de *fake news* no ciberespaço em sua devida complexidade. Afinal de contas, em sala de aula, as práticas pedagógicas de Geografia devem, na nossa visão, estimular a autonomia dos educandos



a construírem a sua cidadania a partir de ações que aproximem os saberes científicos dos saberes vernaculares/cotidianos.

Por isso, apresentamos uma iniciativa pedagógica, realizada de forma remota em função do contexto da pandemia de Covid19, com os estudantes do 1º Ano do Ensino Médio de uma escola da rede pública de ensino, em Porto Alegre. Neste sentido, fomos amparados pela competência específica I de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o EM da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (BRASIL, 2018, p. 558).

Assim, os seguintes desequilíbrios foram propostos durante o encontro remoto, realizado por meio da plataforma Google Meet: “por que as *fake news* tem se disseminado tanto se fornecem dados imprecisos, incorretos e/ou enganosos? Quais *fake news* estão relacionadas à Geografia e circulam no nosso dia a dia?” Os estudantes apontaram diversos motivos para a difusão massiva de *fake news*, conforme ilustrado na Figura 01. As causas elencadas pelos sujeitos alunos foram as mais diversas, destacando-se as palavras “ignorância” e “medo”.

Figura 01: Word Cloud sobre as causas da disseminação massiva de *fake news*



FONTE: ELABORAÇÃO COLETIVA ENTRE PROFESSOR E ESTUDANTES POR MEIO DA PLATAFORMA INTERATIVA MENTIMETER (NOVEMBRO DE 2020).

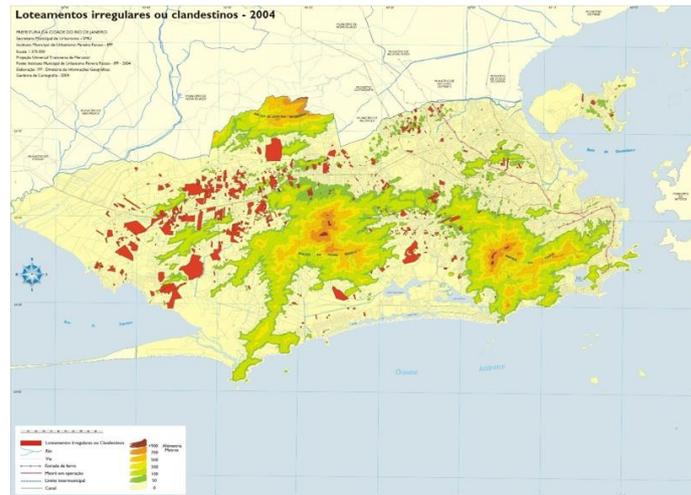
Em seguida, refletimos sobre as expressões que mais apareceram da dinâmica pedagógica e os estudantes compartilharam experiências vivenciadas em seu dia a dia no qual se deparam com *fake news*. Um aluno comentou que o espaço onde mais percebe o fenômeno é nas bolhas digitais nas redes sociais, as quais também são chamadas de algoritmos. Durante a aula, comentamos que a divisão social do trabalho acaba facilitando a disseminação de *fake news*, já que a especialização do conhecimento faz com que os



sujeitos conheçam profundamente sua área de atuação profissional, mas tenham pouca noção em relação às demais áreas. No segundo momento pedagógico, utilizamos a plataforma Padlet para identificarmos as *fake news* relacionadas com a Geografia. Os estudantes deveriam indicar quais são essas *fake news* e, depois, descrever qual seria a refutação científica para elas. Ao final da dinâmica, os estudantes apontaram a *fake news* que mais se defrontam em seu cotidiano, destacando as que estão relacionadas às mudanças climáticas.

No último momento da aula, explicamos a relação entre os movimentos do ciberespaço e o espaço geográfico a partir de um exemplo concreto no Brasil: o caso utilizado que representa a dialética entre atores locais e globais no contexto do território usado foi o mercado informal de terras do Rio de Janeiro. Por mais que na dimensão jurídico-política o Estado tenha o domínio formal do território do município e as grandes empresas de construção tenham um domínio do mercado de terras, em algumas localidades há uma apropriação do território por grupos paramilitares, conhecidos por milícias. No caso do mercado informal de terras no Rio de Janeiro, a milícia conseguiu se apropriar de parte do mercado imobiliário através da informalidade e hoje controla esses espaços por mecanismos tecnológicos que advém do ciberespaço. Esses grupos paramilitares se apropriam da terra e constroem residências e condomínios em áreas antes não habitadas - sobretudo na região oeste da capital carioca - e alugam para moradores por preços menores que do mercado formal, atraindo a população de menor renda. Nessa dinâmica, além da ameaça a terras dentro de reservas ambientais, os moradores ficam submetidos às leis das milícias, já que a dimensão jurídico-política do território que seria domínio do Estado, nessas localidades não se sobrepõem ao poder da milícia. A figura 02 indica a localização do mercado informal de terras, sinalizando a grande quantidade desse mercado na zona oeste que é dominada pela milícia via tecnologia e que tem se apropriado desse nicho econômico para se fortalecer como facção criminosa. A figura 03 ilustra a criação de normativas próprias da milícia de forma alheia ao Estado para lidar com os moradores, além de citar um exemplo da atuação desses grupos dentro de setores do próprio Estado, como a polícia, o exército, o poder legislativo, judiciário e executivo.

Figura 02 - loteamentos irregulares ou clandestinos - 2004



Fonte: Marcella Araujo Thomas e Jacques Cortado. A Zona Oeste do Rio de Janeiro, fronteira dos estudos urbanos? Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/5638/563861896014/html/>>

Figura 03: Montagem com quatro reportagens sobre a questão da milícia e do mercado informal de terras.



Fonte: pesquisa dos autores

As figuras ilustram o exemplo utilizado na aula de Geografia, por meio da sequência didática apresentada, para representar juntos aos alunos a ideia do uso do território, transcendendo a ideia deste conceito apenas como fenômeno de dominação jurídico-política pelo estado-nação, na determinação de fronteiras e exercício do poder sobre a terra. Santos atesta que há várias escalas de poder se sobrepondo, compreendendo sempre uma relação dialética entre diferentes atores e a escala global - local. Em um contexto de globalização onde as tecnologias amplificaram nossas condições de transporte e comunicação, essas relações de poder se tornam mais complexas.



## CONSIDERAÇÕES (NEM TANTO) FINAIS: MAIS PARA DISCUTIR DO QUE PARA CONCLUIR

A partir das discussões que colocamos neste artigo, relacionando nossa questão de pesquisa de mestrado com uma prática de sala de aula, consideramos que a verdade possui uma história intradiscursiva, como na história das ciências; e outra extradiscursiva, a das práticas sociais que produzem diferentes domínios do saber. Influenciado por intelectuais como Nietzsche e Aristóteles, Foucault sustenta que a vontade de saber se refere àquilo “que se deve arrebatar à interioridade do conhecimento, para encontrar nele o objeto de um querer, a finalidade de um desejo, o instrumento de uma dominação, a aposta em uma luta” (FOUCAULT, 2011, p. 18).

Na noção desenvolvida por Foucault, o poder está estruturalmente acompanhado da resistência, deixando claro que as *fake news* exercem uma disputa discursiva que é a vontade de verdade, afetando o ensino de Geografia à medida que coloca o conhecimento pedagógico no campo da incerteza e faz com que um especialista, nesse caso o professor, mas em outros o médico, como percebemos no atual contexto pandêmico, assemelhe-se ao leigo.

No hodierno contexto em que vivemos, o capitalismo de vigilância, esta nova faceta do sistema econômico no qual estamos inseridos, tem na extração da experiência humana a sua maior fonte de lucro, dado que grande parte da remuneração das corporações advém dos anúncios veiculados nos diferentes endereços do ciberespaço (ZUBOFF, 2018). Para maior garantia de assertividade, ou melhor, a eliminação da incerteza, a atividade virtual de todo passa a ser monitorada e rastreada, transformada em dados, analisada e então vendida para anunciantes, na expectativa de efetividade nos objetivos, seja a publicidade, seja a diminuição de riscos em um seguro, seja qualquer outra atividade.

A pandemia de Covid-19 transformou nossa relação no espaço: a impossibilidade de transitar no espaço físico levou muitos de nós a transitar no ciberespaço, para trabalhar, para conversar, para se divertir, para consumir. Se, antes, era evidente a importância desta rede na existência dos entes sociais, agora é inegável! O ciberespaço não é somente uma virtualidade que utilizamos para conversar com alguém distante ou se distrair em redes sociais, mas possui grande papel na transformação do território usado que falamos. Ele modifica nossos deslocamentos, os locais que frequentamos, as firmas que são extintas



pela inadequação ao meio digital, as infraestruturas construídas para facilitar o fluxo de informações e o poderio econômico das grandes empresas do ciberespaço.

Afinal de contas, quais são os objetos técnicos que permitem, enfim, o acesso a essa virtualidade do ciberespaço? Não seria suficiente citarmos o celular e o *desktop*. Há uma profusão de novos objetos que trazem consigo o acesso à *internet*, que se confunde com o ciberespaço. Essa disseminação de objetos caracteriza o que podemos chamar de computação ubíqua (WIESER, 1991). Ubiquidade significa onipresença, sendo, assim, a presença em toda parte de inteligência computacional. Em todo local, em todo tempo, em todo objeto. No celular, no *desktop*, na televisão, no aspirador de pó, no termostato, na lâmpada, no sofá, na mesa. É o embutir de computadores em quase todos nossos objetos. É a expansão do ciberespaço para tudo que utilizamos, sua mistura, confusão com o espaço físico.

Entretanto, o que há de ubiquidade no território usado? Parece ingenuidade acreditar na existência de computadores em todos os locais. Se a globalização aprofundou a interrelação entre as partes da totalidade que é o espaço geográfico, ela, de nenhum modo, trouxe homogeneidade. Os lugares são diferentes, desiguais. Enquanto há bairros, cidades e países com enorme densidade técnica, existem muitos outros onde as pessoas lutam pela sobrevivência. Enquanto há territórios luminosos, fluídos, há outros opacos, viscosos (SANTOS, 2009). Se a habitação não é ubíqua, para todos, a computação será? Enquanto a computação ubíqua, como discurso, parece uma fábula, tal como a globalização, ela, enquanto realidade, desvela uma perversidade. A perversidade aqui posta não provém tão somente da desigualdade de acesso aos dispositivos da computação ubíqua. A própria posse destes objetos técnicos pode se demonstrar negativa, ainda que não observável à primeira vista. O desenvolvimento do ciberespaço e sua apropriação por entes privados, como os conglomerados das chamadas *Big Techs*, é forjado por uma lógica de acumulação que Zuboff (2018) considera nova, a acumulação de dados.

Por que isso interessa para a Geografia? Além da espacialidade da rede, das firmas, do poderio econômico, esta lógica do Capitalismo de Vigilância se associa à computação ubíqua: o rastreamento não acontece somente naquilo que geralmente associamos ao ciberespaço, como as redes sociais, os sites e os aplicativos, mas passa a acontecer no espaço físico, ganhando materialidade. Agora, a corporeidade de cada um é fundamental. O que falamos, como falamos, onde estamos, o que fazemos, como fazemos. Tudo isso, agora, se torna essencial. Daí a computação ubíqua: a multiplicação



de objetos com computadores embutidos, para além da comodidade ao usuário, traz o rastreamento contínuo de uma enorme variedade de dados em diferentes locais e espaços. No campo, na cidade, na praça, na rua, na nossa casa. O que é, para nós, território como abrigo (SANTOS et al. 2000), pode ser considerado território como recurso para as empresas de tecnologia, dado o rastreamento constante. O espaço geográfico está em constante metamorfose, sobretudo neste contexto no qual os paradigmas constituídos pela sociedade mudam rapidamente, por isso, chamamos a atenção para a importância de compreendermos as novas propriedades do nosso objeto de estudo e como as suas categorias analíticas e seus recortes espaciais também estão em constante transformação, esse entendimento poderá nos levar a novas abstrações epistemológicas para os sujeitos que ensinam e aprendem a Geografia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Paul. **Geographies of media and communication: a critical introduction**. London: Wiley-Blackwell, 2009.

BERGMANN, Helenice M. B. **Ciberespaço e cibercultura: novos desafios para a sociedade, a escola e as formas de aprendizagem**. in: Revista Caminhos da Geografia. Uberlândia, v. 07, n. 20, fev de 2006, pp 22-28.

BLOUNT, Percy Judkins. **Reprogramming the World: Cyberspace and the Geography of Global Order**. Tese (Doutorado em Assuntos Globais) - Graduate School Newark Rutgers, The State University of New Jersey. Newark, New Jersey, May 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível por meio do endereço eletrônico:

<[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 07.01.2021.

CRAMPTON, Jeremy W. **The political mapping of cyberspace**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Leçons sur la volonté de savoir**. In: Cours ao Collège de France, 1970-1971. Paris: EHESS; Gallimard; Seuil, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Ordem Do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **The History of Sexuality – Vol. I: An Introduction**. Nova York: Vintage. 1990.



HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Etc, espaço, tempo e crítica - **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas** - n° 2 (4), vol. 1, Rio de Janeiro, 15 de Agosto de 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo. Editora 34, 1999.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8ª ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128p.

\_\_\_\_\_. **Da necessidade de um pensamento complexo**. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). **Para navegar no século XXI**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000. p. 19-42.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Geografia: conceitos e temas** / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa - 2ª ed. - Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. “O Retorno do Território”, in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo, Hucitec-ANPUR, 1998.

WIESER, Mark. **The Computer for the 21st Century**. Scientific American, Special Issue, nov., p. 78-89, 1991.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**. [s.l.]: PublicAffairs, 2019, 704p.